

Nível da divulgação das informações não financeiras das empresas brasileiras participantes do projeto piloto de relato integrado

Level the disclosure of non-financial information of the Brazilian companies participating in the integrated report pilot project

Nivel de divulgación de las informaciones no financieras de las empresas brasileñas participantes del proyecto piloto de reporting integrado

Aline Christina Teixeira*

Mestre em Ciências Contábeis (UFG), Goiânia/GO, Brasil
aline.teixeira06@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6086-4271> 

Ercilio Zanolla

Doutor em Ciências Contábeis (UNB)
Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG),
Goiânia/GO, Brasil
zanolla@ufg.br

<https://orcid.org/0000-0002-7371-427X> 

Ilirio José Rech

Doutor em Contabilidade e Controladoria na FEA (USP)
Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO, Brasil
ilirio.jose@ufg.br

<https://orcid.org/0000-0001-7027-737X> 

Marcia Helena de Andrade Couto

Mestre em Ciências Contábeis (UFG)
Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG),
Jaraguá/GO, Brasil
marciahandrade@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4970-9390> 

Endereço do contato principal para correspondência*

R. Samambaia, s/n - Chácara Califórnia, CEP: 74001-970, Goiânia/GO, Brasil

Resumo

O Relato Integrado é uma das formas usadas para a divulgação de informações financeiras e não financeiras aos *stakeholders*. Este estudo teve por objetivo averiguar o nível de divulgação das informações não financeiras nas empresas participantes do Projeto Piloto do *International Integrated Reporting Council* (IIRC). Usando a técnica de análise de conteúdo, a partir dos KPIs apresentados na Estrutura Internacional do Relato Integrado foram analisados os dados de nove empresas no período de 2013 a 2017. Os resultados sugerem que o índice de divulgação das informações não financeiras, considerando o conjunto dos quatro capitais, foi classificado como insatisfatório. Na análise individual, o capital natural e o capital social e de relacionamento apresentaram IDs satisfatórios. Já o capital intelectual apresentou índice de divulgação classificado como insatisfatório. Quanto ao capital humano, este apresentou a média do ID no limiar da divisão entre satisfatório e não satisfatório, mas acima da média de divulgação dos quatro capitais. O presente estudo contribui para a análise da do índice de divulgação dos Relatos Integrados divulgados no Brasil, principalmente relacionados ao nível de divulgação das informações não financeiras divulgadas nos relatórios, bem como de sua evolução na fase do projeto piloto de implantação da estrutura internacional de relato integrado. Os resultados da pesquisa evidenciam a falta de comparabilidade e uniformidade das informações divulgadas, tanto entre os períodos da mesma empresa, como quando comparado com as demais empresas, demonstrando necessidade de melhorar a qualidade do conteúdo e o *disclosure* de informações não financeiras divulgadas pelas empresas.

Palavras-chave: Relato Integrado; Capitais Não Financeiros; *Disclosure* Voluntário

Abstract

Integrated Reporting is one of the ways used to disclose financial and non-financial information to stakeholders. This study aimed to investigate the level of disclosure of non-financial information in the companies participating in the Pilot Project of the International Integrated Reporting Council (IIRC). Using the

content analysis technique, from the KPIs presented in the International Integrated Reporting Framework, data from nine companies were analyzed in the period from 2013 to 2017. The results suggest that the non-financial information disclosure index, considering the set of the four capitals, was classified as unsatisfactory. In the individual analysis, natural capital and social and relationship capital presented satisfactory IDs. Intellectual capital, on the other hand, presented a disclosure index classified as unsatisfactory. As for human capital, it presented the average ID at the threshold of the division between satisfactory and unsatisfactory, but above the average of disclosure of the four capitals. This study contributes to the analysis of the Integrated Reporting disclosure index released in Brazil, mainly related to the level of disclosure of non-financial information disclosed in the reports, as well as its evolution during the pilot project to implement the international structure of integrated reporting. The research results show the lack of comparability and uniformity of the disclosed information, both with the periods of the same company, and when compared with other companies, demonstrating the need to improve the quality of the content and the disclosure of non-financial information disclosed by the companies.

Keywords: Integrated Reporting; Non-financial Capital; Voluntary Disclosure

Resumen

La información integrada es una de las formas utilizadas para divulgar información financiera y no financiera a las partes interesadas. Este estudio tuvo como objetivo investigar el nivel de divulgación de información no financiera en las empresas que participan en el Proyecto Piloto del Consejo Internacional de Informes Integrados (IIRC). Utilizando la técnica de análisis de contenido, de los KPI presentados en el Marco Internacional de Informes Integrados, los datos de nueve compañías se analizaron en el período de 2013 a 2017. Los resultados sugieren que el índice de divulgación de información no financiera, considerando el conjunto de las cuatro capitales, se clasificó como insatisfactorio. En el análisis individual, el capital natural y social y de relaciones presentó identificaciones satisfactorias. El capital intelectual, por otro lado, presentó un índice de divulgación clasificado como insatisfactorio. En cuanto al capital humano, presentó el ID promedio en el umbral de la división entre satisfactorio e insatisfactorio, pero por encima del promedio de divulgación de los cuatro capitales. Este estudio contribuye al análisis del índice de divulgación de informes integrados publicado en Brasil, principalmente relacionado con el nivel de divulgación de información no financiera divulgada en los informes, así como su evolución durante el proyecto piloto para implementar la estructura internacional de informes integrados. Los resultados de la investigación muestran la falta de comparabilidad y uniformidad de la información divulgada, tanto entre los períodos de la misma empresa, como en comparación con otras empresas, lo que demuestra la necesidad de mejorar la calidad del contenido y la divulgación de información no financiera divulgada por las empresas.

Palabras clave: Reporting Integrado; Capitales no Financieros; Disclosure Voluntario

1 Introdução

Até o final da década de 1980, os relatórios corporativos eram preponderantemente de informações financeiras. No entanto, com a era da informação as empresas inseriram a sustentabilidade no âmbito corporativo, divulgando os relatórios de sustentabilidade pareados aos relatórios contábil-financeiros (Carvalho, 2013; Jensen & Berg, 2012).

As organizações são demandadas a justificar suas ações, práticas de responsabilidade social corporativa e a divulgar informações de natureza não financeiras conforme as demandas dos *stakeholders* e, conseqüentemente, para assegurar legitimidade. Assim, algumas organizações passaram a divulgar informações voluntariamente através de relatórios corporativos, motivadas pela expectativa de que essas informações influenciam no valor da organização (Daub, 2007; Oliveira et al., 2012; Seabra, 2015).

No entanto, na divulgação de relatórios de sustentabilidade e relatórios contábil-financeiros se identificou falta de harmonização das informações evidenciadas, com divergências entre as informações financeiras e não financeiras de algumas empresas. Tais divergências resultaram em efeitos negativos no propósito de comunicação das organizações (Eccles & Krzus, 2011; International Integrated Reporting Council [IIRC], 2011; Carvalho, 2013). Essas divergências nas informações podem ser explicadas pela falta de comunicação e de melhor sistematização entre as áreas responsáveis pela produção dos relatórios.

Nesse diapasão, Adams e Simnett (2011) e Carvalho (2013) verificaram que os relatórios contábeis seguiam parâmetros e conceitos provenientes do *International Accounting Standard Board* (IASB). Já para os relatórios de sustentabilidade, tal situação era inexistente e não havia diretrizes claras para a sua elaboração.

Perante essa ótica de desarmonia entre os relatórios, Carvalho (2013) afirma que o relatório de sustentabilidade apresentava um quadro exuberante de desempenho da organização, que, em certas ocasiões, era desmentido pelos passivos (contingências) divulgados nos relatórios financeiros. No mesmo sentido, Michelin et al. (2018) afirmam que na comparação com os dados do relatório financeiro, os erros nos relatórios de sustentabilidade são mais prováveis de serem cometidos e tem menor probabilidade de serem descobertos.

Na tentativa de superar tal inconsistência foi formada uma coalizão de organismos reguladores, investidores, empresas, profissionais da contabilidade e a *International Integrated Reporting Council* (IIRC) que assumiu o compromisso de analisar e conceber formas de reduzir divergências entre os diversos relatórios. Com isso, em 2013, foi publicada a primeira versão da Estrutura Internacional para Relato Integrado. Tal estrutura contém os princípios básicos, conceitos fundamentais e elementos de conteúdo para orientar a preparação e elaboração do Relato Integrado de modo coerente e coeso entre os diversos relatórios exigidos e divulgados pelas empresas (Carvalho & Kassai, 2014).

Para o aperfeiçoamento da estrutura internacional o IIRC criou um Projeto Piloto com empresas voluntárias cujo objetivo era de obter *feedback* sobre os alicerces da estrutura e aprimorar o seu desenvolvimento e aplicação prática. Ao elaborar e divulgar os relatórios conforme as diretrizes apresentadas pelo IIRC às empresas, além de atender às demandas de seus *stakeholders* contribuem com o processo de desenvolvimento e utilidade do Relato Integrado (IIRC, 2013c, 2014).

As empresas participantes do Projeto Piloto são consideradas pioneiras tanto na implantação de relatórios corporativos como em participar na elaboração da Estrutura Internacional do Relato Integrado (IIRC, 2011). O processo de implantação do Relato Integrado aconteceu em 2014, com a participação de doze empresas brasileiras (Kussaba, 2015; Maciel, 2015).

Desta maneira o estudo pretende averiguar as mudanças e evolução na evidenciação das informações não financeiras com o uso da Estrutura Internacional do Relato Integrado. Dessa forma, a presente pesquisa tem o propósito de responder a seguinte pergunta: Qual o nível de divulgação de informações não financeiras no Relato Integrado das empresas brasileiras participantes do Projeto Piloto do IIRC? Para alcançar o objetivo foi analisada a divulgação de informações não financeiras no Relato Integrado divulgado pelas empresas participantes do Projeto Piloto do IIRC no período de 2013 a 2017.

Assim, durante esse período, o estudo possibilita: (i) verificar a divulgação nos relatórios corporativos não financeiros - Relato Integrado, definido conforme a Estrutura do IIRC, com o uso da análise de conteúdo e de indicadores-chaves de desempenho (KPIs) e índices de divulgação (ID) e, (ii) a análise da evolução da divulgação, com o uso da estatística descritiva e com a verificação estatística de diferença de médias do indicador do ID. Assim, o estudo inicia em 2013 para possibilitar a análise dos relatórios publicados anteriormente a Estrutura do IIRC, já que os primeiros Relatos Integrados foram implantados e divulgados em 2014, e limita-se a 2017 devido ao período que foram coletados os dados.

O presente estudo está fundamentado na categoria de divulgação baseada em julgamento, conhecida como Teoria do *Disclosure* Voluntário (Salotti & Yamamoto, 2005), pois o objetivo é o de analisar a evolução e a divulgação voluntária de informações não financeiras com a criação da Estrutura Internacional do IIRC nos relatórios corporativos.

Destaca-se que os estudos desenvolvidos sobre a aplicação de elementos específicos da Estrutura Internacional do Relato Integrado, como os capitais componentes dos relatórios, realizados por Nascimento et al. (2015), Silva et al. (2016), Cardoso et al. (2017a) e Cardoso et al. (2017) analisaram os capitais não financeiros através dos indicadores-chave de desempenho (KPIs). O presente estudo se distingue dos estudos anteriores por analisar a evolução da divulgação das informações não financeiras nos relatórios corporativos advindos da aplicação da Estrutura Internacional do Relato Integrado. Além disso, limita-se a analisar exclusivamente as empresas que compõem o Projeto Piloto do Relato Integrado.

Os resultados do estudo promovem evidências e discussões sobre o impacto da Estrutura Conceitual do Relato Integrado na divulgação de informações não financeiras dos relatórios corporativos. Dessa forma, o estudo busca contribuir com os objetivos e avaliação do IIRC do Relato Integrado, especificamente em relação à divulgação e evolução do seu conteúdo pelas empresas do Projeto Piloto.

Este estudo está dividido em cinco partes, incluindo a introdução. A segunda parte apresenta o referencial teórico, a terceira parte a descrição dos procedimentos metodológicos, a quarta parte traz a apresentação e análise dos resultados e a quinta parte, apresenta as considerações finais.

2 Referencial Teórico

2.1 Relato Integrado como forma de *Disclosure* Voluntário

No contexto que as organizações estão inseridas no mercado, a divulgação voluntária passa a complementar a divulgação obrigatória, sendo que as evidências apontam para um equilíbrio entre elas (Bertomeu & Magee, 2015). O nível de *disclosure* voluntário tende a ser maior nas organizações que possuem um comprometimento com a sustentabilidade. Nesse caso pode ser visto como uma forma de garantir a legitimidade das atividades corporativas e o desenvolvimento positivo da imagem da organização (Gray & Bebbington, 2000; Girão et al., 2017).

Para Verrecchia (2001) inexistente uma teoria da divulgação abrangente ou unificada. No entanto, Dye (2001) reconhece a existência da teoria, caracterizada excepcionalmente pela teoria dos jogos, com fundamento na premissa que os administradores divulgarão somente as informações favoráveis sobre a empresa. Verrecchia (2001) categorizou o *disclosure* voluntário em três classes: divulgação baseada em

associação, divulgação baseada em julgamento e divulgação baseada na eficiência. Essas classes podem ser verificadas, com sua descrição na Figura 1.

Tipo de Divulgação	Descrição
Divulgação baseada em associação	Relacionada aos efeitos da divulgação nas ações do agente durante o evento da divulgação, isto é, o estudo da repercussão da divulgação exógena nas variáveis de mercado, principalmente por meio do comportamento do preço das ações.
Divulgação baseada em julgamento	Relacionada à identificação dos motivos de decisão do gestor em divulgar determinadas informações focando no impacto no mercado em que a empresa está inserida. Essa categoria é considerada um processo endógeno, caracterizada pela: seleção adversa e presença de custos de divulgação.
Divulgação baseada na eficiência	Relacionada à decisão antecipada (<i>ex-ante</i>) de arranjos de <i>disclosure</i> eficiente adotada na ausência de conhecimento prévio das informações, ou seja, as estratégias de divulgação são preferidas incondicionalmente.

Figura 1: Classificação do *Disclosure* Voluntário

Fonte: Baseado no estudo de Verrecchia (2001).

Os estudos nacionais desenvolvidos sobre o *disclosure* voluntário, como os de Cunha e Ribeiro (2006), Salotti e Yamamoto (2008), Murcia e Santos (2009), Silva et al. (2013), Novelini e Fregonesi (2013), Silva et al. (2015); Girão et al. (2017), adotam as contribuições de Verrecchia (2001) sobre a divulgação de informações corporativas.

O Relato Integrado, por se basear em muitos aspectos subjetivos, pode ser classificado na categoria de divulgação baseada em julgamento. Este constitui uma forma de divulgar os relatórios corporativos com o objetivo de explicar aos provedores de capital financeiro como a organização gera valor no decorrer do tempo, fornecendo informações de forma monetária ou narrativa. Por ser um relatório amplo torna-se referência para outras comunicações corporativas (IIRC, 2013; IIRC, 2014).

De acordo com o IIRC (2014), na Estrutura Internacional os princípios básicos a serem adotados na preparação e apresentação do Relato Integrado são: foco estratégico e orientação para o futuro, conectividade da informação, relações com partes relacionadas, materialidade, concisão, confiabilidade, completude, coerência e comparabilidade (IIRC, 2014).

Os elementos de conteúdo são dependentes entre si e não podem ser mutuamente excluídos, são: visão geral organizacional e ambiente externo, governança, modelo de negócios, riscos e oportunidades, estratégia e alocação de recursos, desempenho, perspectiva e base para a apresentação (IIRC, 2014). Os conceitos fundamentais englobam os capitais utilizados nos modelos de negócio e a criação de valor ao longo do tempo (Cheng et al., 2014; Nascimento et al., 2015).

Os capitais são reservas de valor de uma organização usadas na produção de bens ou serviços, podendo aumentar, diminuir ou transformar conforme a atividades e produtos da organização (EY, 2014; IIRC, 2013, 2013b, 2014). Eles são aprimorados, consumidos, modificados ou de outra forma afetados por essas atividades.

Na Estrutura Internacional os capitais são classificados em: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento, e natural. Eles são independentes entre si, mas interagem e estão relacionados à geração de valor ao longo do tempo (IIRC, 2014). A Figura 2 apresenta cada capital destacado na estrutura internacional de Relato Integrado.

Tipo de Capital	Descrição
Capital Financeiro	Recursos disponíveis para o uso de produção de bens ou prestação de serviços, podendo ser obtido por diversas fontes como, por exemplo, empréstimos e capital de subvenções ou gerado por meio de operações ou investimentos.
Capital Manufaturado	Objetos físicos disponíveis na organização para o uso na produção de bens e serviços, como, por exemplo, edifícios, equipamentos e infraestrutura.
Capital Intelectual	Intangíveis que criam vantagem competitiva, englobando propriedades intelectuais, como: patentes, direitos autorais, software, sistemas de informação e outros, centra-se em questões voltadas para o futuro da organização.
Capital Humano	Relações de competência e experiência das pessoas, envolvendo as habilidades e motivações para a inovação, incluindo o alinhamento e apoio para a governança corporativa, a gestão de risco e valores éticos, a capacidade de desenvolver e implantar estratégia corporativa e a lealdade e motivação para liderar, gerenciar e capacitar equipes e qualificar processos, produtos e serviços.

Tipo de Capital	Descrição
Capital Social e de Relacionamento	Relações e instituições estabelecidas com as comunidades, partes relacionadas e outros grupos para melhorar o bem-estar individual e coletivo, e se revela em alguns aspectos como valores e comportamentos comuns e uma licença social para a organização exercer sua atividade operacional.
Capital Natural	Ações ambientais renováveis e não renováveis que fornecem um fluxo de produtos e serviços, sendo que interfere positivamente ou negativamente sobre o capital natural, que inclui água, terra, minerais, florestas, biodiversidade e outros.

Quadro 2: Capitais do Relato Integrado

Fonte: IIRC (2013, 2014).

A Estrutura Internacional do IIRC permite flexibilidade da organização na elaboração do Relato Integrado e comparabilidade com os outros relatórios. Assim, não estabelece métodos de mensuração e divulgação de temas e não precisa seguir a classificação dos capitais, apenas sustenta, teoricamente, a explicação da geração de valor da organização (IIRC, 2013, 2014).

Assim, diante (i) dos objetivos do IIRC (2013, 2014), corroborados por Cheng et al. (2014), Nascimento et al. (2015), EY (2014) que o Relato Integrado busca proporcionar criação de valor à empresa no decorrer do tempo, que (ii) a busca por garantir a legitimidade e o desenvolvimento positivo da imagem da empresa (Gray & Bebbington, 2000; Girão et al., 2017) e (iii) da maior divulgação de aspectos positivos (Kussaba, 2015), formula-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

H₁: O nível de divulgação de informações não financeiras nas empresas brasileiras que compõem o Projeto Piloto do IIRC pode ser considerado em nível satisfatório.

2.2 Evolução dos Estudos sobre Relato Integrado

Os estudos sobre o Relato Integrado cresceram no ambiente acadêmico em diversas percepções, tanto no âmbito nacional como internacional (Dumay et al., 2016). O estudo de Frias-Aceituno et al. (2013) demonstrou a influência exercida pelas características do conselho administrativo em relação à integração das informações nos relatórios. Os resultados apontaram que as maiores empresas adotam instrumentos mais amplos, objetivos e comparáveis na divulgação de informação devido a geração de valor e impacto ambiental e social.

Os autores Jensen e Berg (2012) analisaram as semelhanças e discrepâncias dos relatórios de sustentabilidade e relatos integrados. Os resultados apontaram a existência de diferenças nos relatórios, sendo que a divulgação do Relato Integrado sofre a influência dos sistemas: financeiro, educacional, trabalhista e econômico

O estudo de Fragalli et al. (2014) identificou as restrições e as potencialidades existentes na aplicação do Relato Integrado em uma propriedade rural. Os resultados demonstraram que a visão do Relato Integrado considera as reais preocupações do modelo de negócio, no entanto, não conseguiram aplicar formalmente na propriedade rural.

Kussaba (2015) analisou como as empresas Itaú Unibanco e Natura divulgaram os elementos de conteúdo propostos pela Estrutura Conceitual do Relato Integrado nos anos de 2013 e 2014. Os resultados demonstraram que houve uma evolução no processo de geração de informações pelo Relato Integrado em ambas empresas, e destacou a presença de maior divulgação de aspectos positivos em detrimento de aspectos negativos.

Já Maciel (2015) analisou a evolução dos conceitos do Relato Integrado, culminando na divulgação no *Framework* do IIRC e a aplicação nos relatórios das empresas brasileiras participantes do Projeto Piloto da IIRC nos anos de 2013 e 2014. Os resultados apontaram que as empresas não explicam de forma clara o processo de geração de valor e a utilização dos capitais.

O estudo de Zaro (2015) buscou analisar as empresas brasileiras participantes do Projeto Piloto do IIRC na divulgação dos elementos de conteúdo da estrutura conceitual do Relato Integrado no ano de 2013. Os resultados sugerem que a divulgação de informações nos relatórios estão se limitando às exigências do *Global Reporting Initiative* (GRI, 2015) e a necessidade de qualificar as informações em uma gestão de longo prazo.

Desde o ano de 2015 passaram a surgir estudos englobando os capitais não financeiros sugeridos pelo IIRC. Entre os estudos se destaca nessa pesquisa os estudos de Nascimento et al. (2015), Silva et al. (2016), Cardoso et al. (2017a), Cardoso et al. (2017) e Albuquerque et al. (2017). Nascimento et al. (2015) analisaram o nível de aderência dos indicadores-chave de desempenho (KPIs) dos capitais não financeiros descritos no Relato Integrado nas empresas brasileiras integrantes do segmento Novo Mercado da B3 no ano de 2012. Os resultados apresentam um nível insatisfatório de aderência aos KPIs dos capitais não financeiros.

Silva et al. (2016) analisaram a divulgação dos capitais propostos no Relato Integrado perante a perspectiva do isomorfismo coercitivo, normativo e mimético das empresas brasileiras de capital aberto listadas no Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX) da B3 no ano de 2014. Os

resultados indicam que os três tipos de isomorfismo pressionam a divulgação voluntária nas empresas em relação aos capitais apresentados pelo IIRC.

Já Cardoso et al. (2017a) analisaram os níveis de divulgação dos indicadores-chave de desempenho (KPIs) do capital natural proposto no Relato Integrado para as empresas componentes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) nos anos de 2013 a 2015. Os resultados apontam que as empresas estão preocupadas em divulgarem informações sobre a sustentabilidade e o uso responsável de recursos naturais.

Cardoso et al. (2017) analisaram o nível de aderência dos indicadores chave de desempenho (KPIs) nos capitais: humano e financeiro apresentados no Relato Integrado das instituições bancárias brasileiras nos anos de 2015 e 2016. Os resultados identificaram bons níveis de divulgação de informações relacionados em ambos capitais.

Albuquerque et al. (2017) analisaram a influência do Relato Integrado nos indicadores financeiros das empresas brasileiras participantes e não participantes do Projeto Piloto do IIRC nos anos de 2010 a 2015. Os resultados evidenciaram que os melhores indicadores financeiros (participação de capital de terceiros e índices de rentabilidade) foram apresentados pelas empresas brasileiras participantes do Projeto Piloto do IIRC.

No estudo de Nascimento et al. (2015) os resultados apontaram que somente o capital natural apresenta um nível de aderência satisfatório aos KPIs. Os demais capitais, humano, social e de relacionamento e intelectual apresentaram um nível de aderência insatisfatório aos KPIs. No estudo de Silva et al. (2016) os resultados apontaram que os capitais não financeiros apresentaram bom nível de divulgação.

No estudo de Cardoso et al. (2017a) os achados demonstraram que o capital natural apresenta um nível de aderência satisfatório aos KPIs com redução na divulgação das informações entre o ano de 2013 e 2015. O capital humano apresentou variabilidade entre os anos de 2015 e 2016, tendo bom nível de divulgação das informações não financeiras.

Cortesi e Vena (2019) analisaram os efeitos da adoção voluntária do Relato Integrado em 57 países, no período de 15 anos, com amostra de 636 empresas. Os resultados apontam que o RI: i) aprimora as divulgações e reduz as assimetrias de informação; ii) aumenta a qualidade dos ganhos reportados; iii) não influencia positivamente a relevância do valor contábil; iv) os benefícios são decrescentes; v) as estruturas econômicas e a geografia dos países não afetaram os resultados; e vi) não há evidências da relação entre os fatores que influenciaram a adoção e os benefícios para as empresas.

Iredele (2019) examinou a qualidade dos RI de 20 empresas da África do Sul, no período de 2013 a 2017, e os achados mostram uma relação significativa entre a qualidade e a duração dos RI, o nível de qualidade dos RI variam devido à lucratividade, tamanho do conselho, gênero e tamanho da empresa e, por fim, indica que a extensão do RI sinaliza o nível de qualidade do relatório.

O presente estudo se distingue dos estudos anteriores por analisar não somente o nível de aderência, mas, também, a evolução da divulgação das informações não financeiras nos relatórios corporativos advindos da aplicação da Estrutura Internacional do Relato Integrado. Dessa forma surge a segunda hipótese de pesquisa:

H₂: Houve crescimento no nível de divulgação das informações nas empresas brasileiras participantes do Projeto Piloto do IIRC no período de análise.

3 Metodologia

Para o alcance do objetivo do estudo de analisar o nível de divulgação de informações não financeiras no Relato Integrado foram selecionadas as empresas brasileiras participantes do Projeto Piloto no período de 2013 a 2017. Para isso o estudo considerou inicialmente as doze empresas brasileiras distribuídas nos mais diversos segmentos de atividade, conforme apresentado na Figura 3. O Projeto Piloto tem a função de contribuir com a evolução do Relato Integrado, sendo que, as empresas participantes são pioneiras e proativas na prática de evidenciação de informações não financeiras (IIRC, 2013b, 2013c; Maciel, 2015).

Empresa	Setor
AES Brasil	Energia
BNDES	Bancos
BRF S.A.	Alimentos
CCR S.A.	Concessões rodoviárias
CPFL Energia	Energia
Fibra Celulose S.A.	Papel e Celulose
Grupo Segurador BB e MAPFRE	Seguradora
Itaú Unibanco	Bancos
Natura	Artigos de uso pessoal
Petrobras S.A.	Combustível
Via Gutenberg	Consultoria
Votorantim	Industrial

Figura 3: Empresas Brasileiras Participantes do Projeto Piloto

Fonte: IIRC (2013 como citado por Maciel, 2015).

Os dados foram coletados por meio dos Relatórios de Sustentabilidade e Relato Integrado divulgados no período de 2013 a 2017 nos *websites* das empresas. Destaca-se que, conforme destacado no sítio do IIRC, o período de 2014-2018 foi considerado como o período de avanço/superação. Dessa forma, considerando que o ano de 2013 ocorreu a aprovação da Estrutura Internacional do Relato Integrado, se optou por iniciar a pesquisa pelos dados desse ano. No entanto, os relatórios de 2018 das empresas ainda não estavam disponíveis quando da coleta dos dados para presente pesquisa. Dessa forma, se limitou aos dados do ano de 2017.

Através da consulta nos *websites* das empresas foi verificada a disponibilização dos relatórios. No entanto, não foram identificados os relatórios em todos os anos analisados de 3 empresas (AES Brasil, Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre, e Via Gutenberg), e esta, assim, foram excluídas do estudo. A amostra final é composta por nove empresas.

Para obter os dados usados na análise dos KPIs foi adotada a técnica de análise de conteúdo. Segundo Vergara (2005), tal metodologia analisa os dados objetivando identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Dessa forma, as informações divulgadas nos relatórios foram analisadas com o objetivo de identificar o nível de divulgação dos 34 KPIs referentes aos capitais não financeiros apresentados no “*The Capitals*” da estrutura conceitual do Relato Integrado elaborado pelo IIRC (2013). Os Indicadores-Chave (KPIs) dos Capitais Não Financeiros usados como referência estão apresentados na Figura 4.

1. Capital Natural	3. Capital Social e de Relacionamento
1.1 Resíduos reciclados	3.1 Ranking de "Excelente lugar para trabalhar"
1.2 Investimento em proteção ambiental	3.2 Número de voluntários
1.3 Consumo de energia por fonte de energia	3.3 "Investimento social" (gasto com filantropia)
1.4 Quantidade de resíduos	3.4 Envolvimento em ações sociais
1.5 Acidentes ambientais	3.5 Envolvimento em projetos culturais
1.6 Emissões de CO2	3.6 Índice de satisfação do cliente
1.7 Animais comprados para ensaios	3.7 Provisão para projetos sociais
2. Capital Humano	3.8 Reclamações trabalhistas
2.1 Número de empregados	4. Capital Intelectual
2.2 Diversidade	4.1 Número de pedidos de patentes depositadas
2.3 Total de investimento em treinamento	4.2 Dinheiro gasto com P&D
2.4 Empregados em <i>e-learning</i> corporativo	4.3 Número de testes com a nova tecnologia
2.5 Média de dias de formação por colaborador	4.4 Reconhecimento da marca
2.6 Idade média	4.5 Número de novos produtos desenvolvidos
2.7 Resultado da pesquisa com colaboradores	4.6 Despesas com a mudança de desenvolvimento organizacional
2.8 Acidentes por milhões de horas de trabalho	4.7 Despesas com desenvolvimento de software para sistemas internos
2.9 Taxa de absenteísmo	4.8 Vendas geradas por produtos originados de P&D
2.10 Taxa de demissão	
2.11 Relação de salário mínimo	

Figura 4: Indicadores-Chave (KPIs) dos Capitais Não Financeiros

Fonte: IIRC (2013)

Para identificar as informações relacionadas aos KPIs usados pela técnica de análise de conteúdo adotou-se palavras e sinônimos relacionadas aos indicadores. As palavras adotadas foram selecionadas com base nos termos dos KPIs do Quadro 4, da literatura analisada e com e base no estudo de Nascimento et al. (2015). Com base na análise de conteúdo foi estimado o Índice de Divulgação (ID) de acordo com o nível de aderência para cada KPI. Segundo Lemos et al. (2009) o ID é obtido através do quociente entre o total de itens divulgados das empresas analisadas e o somatório do total dos itens que constituem o *checklist*.

$$ID_i = \sum_{j=1}^n \frac{e_j}{e}$$

Figura 5: Índice de Divulgação

Fonte: Lemos, Rodrigues e Ariza (2009)

Em que:

ID_i → Índice de Divulgação da empresa i .

e_j → Variável dicotômica, assumindo valor 0, se o indicador j for ausente e assumindo o valor 1, se o indicador j for divulgado.

e → Número máximo de elementos analisados.

Nesse estudo, os IDs são calculados em três situações: i) nos KPIs de cada capital, que são: capital natural, capital humano, capital social e de relacionamento, capital intelectual; ii) no totalizador dos KPIs de

cada capital; iii) e no somatório de todos os KPIs de capital não financeiro por empresa. O resultado do ID varia entre 0 e 1. A classificação dos níveis de divulgação é apresentada na Figura 6.

Níveis	ID	Classificação
01	0,75 a 1,0	Bom
02	0,50 a 0,75	Satisfatório
03	0,25 a 0,50	Insatisfatório
04	0,00 a 0,25	Ruim

Figura 6: Classificação dos Níveis de divulgação Considerada no Resultado do Índice de Divulgação

Fonte: Nascimento et al. (2015)

A classificação do ID foi efetuada de maneira subjetiva, tendo como base o estudo de Nascimento et al. (2015). Dessa forma, a amostra foi segregada em quartis, definindo os extremos como de melhor e pior nível. Assim, o primeiro quartil foi considerado como nível bom de divulgação e o quarto quartil como nível ruim de divulgação.

4 Análise dos Resultados

Para alcançar o objetivo do estudo, através dos KPIs que compõem os quatro capitais, natural, humano, social e de relacionamento e intelectual, apurou-se o índice de divulgação (ID) para análise de aderência e sua evolução. A Tabela 1 apresenta os IDs das informações não financeiras relacionadas ao capital natural por KPI e por ano, bem como a média anual de todos os KPIs e a média de cada KPI no período de 2013 a 2017.

Tabela 1:

Níveis de Divulgação dos KPIs do Capital Natural

Indicadores Chave-Desempenho (KPI)	2013	2014	2015	2016	2017	ID Médio
	ID	ID	ID	ID	ID	
Resíduos reciclados	0,78	0,44	0,56	0,89	0,89	0,71
Investimento em proteção ambiental	0,67	0,56	0,56	0,67	0,56	0,60
Consumo de energia por fonte de energia	0,44	0,44	0,22	0,67	0,56	0,47
Quantidade de resíduos	0,56	0,44	0,78	0,89	0,89	0,71
Acidentes ambientais	0,56	0,33	0,33	0,56	0,44	0,44
Emissões de CO ₂	0,56	0,78	0,78	0,78	0,78	0,73
Animais comprados para ensaios	0,11	-	-	0,11	0,11	0,07
Média ID	0,52	0,43	0,46	0,65	0,60	0,53
Teste de Normalidade (<i>Shapiro-Wilk</i>) / Significância		0,93	0,58	0,90	0,34	
Teste t: 2014-2015/2016-2017 / Significância				0,06		

Fonte: Dados da pesquisa.

O nível médio de divulgação dos KPIs no capital natural se classifica como satisfatório, corroborando os achados de Cardoso et al. (2017a). Os KPIs com maior aderência foram emissões de CO₂, resíduos reciclados e quantidade de resíduos. Observa-se que o KPI - emissões de CO₂ é o único que se manteve ao longo dos anos, contrariando os achados de Cardoso et al. (2017a), que apontam uma tendência de crescimento para esse indicador.

Todavia, de forma geral, o capital natural apresentou evolução de divulgação entre os anos de 2014-2015 e 2016-2017, conforme teste *t* (0,06). Observa-se que essa tendência pode ser visualizada em relação à média geral dos IDs de cada ano, independente do teste estatístico. Nos períodos de 2014-2015 a média se comportou dentro de níveis de divulgação considerados como insatisfatório e nos períodos de 2016-2017 com média de nível satisfatório.

O KPI, animais comprados para ensaios, apresentou menor grau de divulgação e foi evidenciado apenas em 2013, 2016 e 2017, divulgado apenas pela empresa Natura. Tais resultados corroboram os achados de Nascimento et al. (2015) e Cardoso et al. (2017a). No entanto, considerando o setor de atuação das empresas da amostra, a baixa divulgação desse KPI não significa que as empresas possam estar sonhando ou negligenciando tais informações.

Analicamente, observa-se que as empresas que mais divulgaram, em média, informações não financeiras sobre o capital natural foram BRF, Petrobras e Natura, respectivamente, com 80%, 77% e 66% de aderência aos KPIs nos relatórios. A Natura foi a empresa que mais divulgou nos anos de 2013, 2016 e 2017, com 100% de aderência aos KPIs. A BRF foi a empresa que mais divulgou em 2014, com 85,71% de aderência aos KPIs, e, em 2015 foi a Petrobras com 85,71% de aderência aos KPIs.

Observa-se com esses dados que as divulgações não são uniformes de um período para o outro, até mesmo dentro da mesma empresa, o que prejudica a comparabilidade das informações. A falta de uniformidade corrobora as afirmações de Michelin et al. (2018) de que as empresas podem usar os relatórios

de sustentabilidade tanto para reportar um problema quanto a solução para esse problema, justificando assim a falta de uniformidade entre períodos.

Seguindo as análises da divulgação dos tipos de capital não financeiro, a Tabela 2 apresenta os níveis de divulgação das informações relacionadas ao capital humano no período de 2013 a 2017.

Tabela 2:
Níveis de Divulgação dos KPIs do Capital Humano

Indicadores-Chave-Desempenho (KPI)	2013	2014	2015	2016	2017	ID
	ID	ID	ID	ID	ID	Médio
Número de empregados	1,00	0,89	0,78	1,00	0,78	0,89
Diversidade	0,89	0,89	0,78	1,00	1,00	0,91
Total de investimento em treinamento	0,56	0,44	0,56	0,78	0,44	0,56
Empregados em <i>e-learning</i> corporativo	0,44	0,56	0,22	0,78	0,56	0,51
Média de dias de formação por colaborador	-	-	-	-	-	-
Idade média	0,11	0,11	-	-	-	0,04
Resultado da pesquisa com colaboradores	0,44	0,56	0,44	0,33	0,33	0,42
Acidentes por milhões de horas de trabalho	0,44	0,44	0,22	0,56	0,44	0,42
Taxa de absenteísmo	0,56	0,56	0,44	0,78	0,89	0,64
taxa de demissão	0,44	0,67	0,44	0,56	0,78	0,58
Relação de salário mínimo	0,33	0,22	0,22	0,33	0,22	0,27
Média de divulgação	0,47	0,48	0,37	0,56	0,49	0,48
Teste de Normalidade (Shapiro-Wilk) / Significância		0,94	0,56	0,97	0,90	
Teste <i>t</i> : 2014-2015/2016-2017 / Significância			0,07			

Fonte: Dados da pesquisa

O nível médio de divulgação dos KPIs do capital humano pode ser classificado, com base na metodologia usada, como insatisfatório. No entanto, da mesma forma que o capital natural, verifica-se tendência de evolução no período, conforme sugere a significância do teste *t*, confirmada, também, com o nível de divulgação de 2014-2015 e em 2016-2017 que passou de insatisfatório para satisfatório, em média. Os resultados encontrados contrariam os achados de Silva et al. (2016), que aponta bom nível de divulgação, desconsiderando o baixo desempenho dos KPIs “média de dias de formação por colaborador” e “idade média”.

Destaca-se que o KPI “média de dias de formação por colaborador” não foi divulgado pelas empresas. Um dos motivos prováveis para explicar a ausência é o fato de que a maioria das empresas apresentaram esse indicador no formato de horas e não no formato de dias. A explicação plausível para a situação é que os relatórios estão alinhados aos indicadores do GRI (2015) e as empresas divulgaram o “número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional”.

O KPI “idade média” foi divulgado somente pela Fibria nos anos de 2013 e 2014. Desta forma, os resultados sobre esses dois KPIs, “média de dias de formação por colaborador” e “idade média”, contrapõem os resultados apontados de Nascimento et al. (2015), que, em seu estudo, conclui que esses indicadores apresentam boa divulgação. O KPI diversidade apresenta o maior nível de divulgação, corroborando de certa forma o estudo de Nascimento et al. (2015), em que esse KPI é o segundo mais divulgado. O crescimento na aderência dos indicadores no ano de 2016 coincide com o mostrado no estudo de Cardoso et al. (2017).

As empresas que mais divulgaram informações sobre o capital humano foram BRF e CPFL, respectivamente, com 70,91% e 61,82% de aderência aos KPIs nos relatórios. Em 2013, a BRF e a Natura foram as empresas que mais divulgaram, com 81,82% de aderência aos KPIs. Em 2014, a BRF, a CPFL e o Itaú Unibanco foram as empresas que mais divulgam, com 72,73% de aderência aos KPIs. Em 2015, a BRF foi a empresa que mais divulgou, com 81,82% de aderência aos KPIs. Em 2016, a BRF e a Natura foram as empresas que mais divulgaram, com 72,73% de aderência aos KPIs. Em 2017, a Petrobras foi a empresa que mais divulgou, com 72,73% de aderência aos KPIs.

O terceiro capital não financeiro a ser analisado é o capital social e de relacionamento. Os índices de divulgação das informações referentes a esse capital estão apresentados na Tabela 3 para o período de 2013 a 2017.

O nível médio de divulgação dos indicadores-chaves no capital social e de relacionamento é classificado, com base na metodologia usada, em satisfatório. Os KPIs mais divulgados são envolvimento em ações sociais, 100% das empresas no período, e, investimento social (dinheiro gasto com filantropia) divulgado por todas as empresas em 2013, com média 0,89 no período. Esses resultados estão em sintonia com os achados de Silva et al. (2016) que verificaram bom nível de divulgação em capitais não financeiros nesse tipo de capital.

Os resultados do teste *t* de *Student* não rejeitam a hipótese nula de que não há diferença de média entre os períodos analisados. Isso permite afirmar que não houve evolução no nível de divulgação desse capital no período analisado. Tal resultado, nesse indicador, contraria as expectativas do IIRC de considerar o período de 2014-2018 como período de avanço.

Tabela 3:
Níveis de Divulgação dos KPIs do Capital Social e de Relacionamento

Indicadores Chave-Desempenho (KPI)	2013	2014	2015	2016	2017	ID Médio
	ID	ID	ID	ID	ID	
Ranking de "Excelente lugar para trabalhar"	0,33	0,22	0,11	0,11	0,11	0,18
Número de voluntários	0,11	-	0,11	0,33	0,44	0,20
"Investimento social" (gasto com filantropia)	1,00	0,89	0,78	0,89	0,89	0,89
Envolvimento em ações sociais	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Envolvimento em projetos culturais	0,78	0,56	0,56	0,56	0,33	0,56
Índice de satisfação do cliente	0,44	0,56	0,78	0,67	0,44	0,58
Provisão para projetos sociais	0,67	0,56	0,56	0,89	0,56	0,64
Reclamações trabalhistas	0,44	0,44	0,11	0,33	0,44	0,36
Média de divulgação	0,60	0,53	0,50	0,60	0,53	0,55
Teste de Normalidade (Shapiro-Wilk) / Significância		0,96	0,82	0,96	0,84	
Teste t: 2014-2015/2016-2017 / Significância				1,00		

Fonte: Dados da pesquisa

Os KPIs reclamações trabalhistas e ranking de excelente lugar para trabalhar apresentaram queda significativa em 2015. No entanto, esses indicadores apresentaram tendência de crescimento em 2016 e 2017. Tais resultados podem ser derivados do efeito do uso dos relatórios de sustentabilidade pelas empresas para criar legitimidade no mercado, como identificado por Michelon et al. (2018).

As empresas que mais divulgaram informações sobre o capital social e de relacionamento foram a Natura e a CPFL, respectivamente, com 67,50% e 62,50% de aderência aos KPIs. Em 2013, a CPFL e a Natura foram as empresas que mais divulgaram os KPIs, cerca de 87,50%. Em 2014, a CPFL é a empresa que mais divulgou, com 75% de aderência aos KPIs. Em 2015, a Natura e a Petrobras foram as empresas que mais divulgaram os KPIs, com cerca de 62,50%. Em 2016, o Itaú Unibanco foi a empresa que mais divulgou, com 87,50% de aderência aos KPIs. Em 2017, a BRF foi a empresa que mais divulgou, com 75% de aderência aos KPIs. Por fim, a Tabela 4 apresenta os níveis de divulgação das informações não financeiras do capital intelectual por KPI no período de 2013 a 2017.

Tabela 4:
Níveis de Divulgação dos KPIs do Capital Intelectual

Indicadores Chave-Desempenho (KPI)	2013	2014	2015	2016	2017	ID
	ID	ID	ID	ID	ID	Médio
Número de pedidos de patentes depositadas	0,22	0,22	0,22	0,22	0,33	0,24
Dinheiro gasto com P&D	0,78	0,89	0,78	0,67	0,56	0,73
Número de testes com a nova tecnologia	0,22	0,33	0,11	0,11	-	0,16
Reconhecimento da marca	0,67	0,78	0,78	0,67	0,67	0,71
Número de novos produtos desenvolvidos	0,44	0,56	0,33	0,44	0,44	0,44
Despesas com a mudança de desenvolvimento organizacional	-	-	-	-	-	-
Despesas com desenvolvimento de software para sistemas internos	0,11	0,11	0,11	0,11	-	0,09
Vendas geradas por produtos originados de P&D	0,11	0,11	0,11	0,11	-	0,09
Média de divulgação	0,32	0,38	0,31	0,29	0,25	0,31
Teste de Normalidade (Shapiro-Wilk) / Significância		0,83	0,06	0,87	0,15	
Teste t: 2014-2015/2016-2017 / Significância				0,13		

Fonte: Dados da pesquisa.

O nível médio de divulgação dos KPIs do capital intelectual, com base na metodologia adotada, é classificado como insatisfatório. Os KPIs "dinheiro gasto com P&D" e "reconhecimento da marca" são os KPIs, nesse tipo de capital, que apresentam os maiores níveis de divulgação nos relatórios. Em relação à evolução da divulgação dos KPIs verifica-se, pela não rejeição da hipótese nula do teste de média, que as mesmas não são estatisticamente diferentes e, conseqüentemente, o nível médio de divulgação nos anos de 2014-2015 e 2016-2017 permanece o mesmo.

O KPI despesas com desenvolvimento de *softwares* para sistemas internos é divulgado somente pelo Itaú Unibanco. Já o KPI despesas com a mudança de desenvolvimento organizacional não é divulgado pelas empresas. Destaque-se que nos relatórios as empresas informam sobre mudanças no desenvolvimento organizacional, mas não divulgam o custo incorrido nas mudanças, o que não atende o recomendado pelo relato integrado. Esses resultados divergem dos achados de Silva et al. (2016).

A Natura e a Petrobras são as empresas que mais divulgaram informações sobre o capital intelectual, cerca de 48% e 40% de aderência média aos KPIs, respectivamente. Em 2013, a Votorantim é a empresa que mais divulga, com 62,50% de aderência aos KPIs. Em 2014, o Itaú Unibanco é a empresa com maior aderência aos KPIs, com cerca de 62,50%. Em 2015, a Natura é a empresa que mais divulga, com 50% de aderência aos KPIs. Em 2016, a Natura e a Petrobras são as empresas que mais divulgam, aderindo em 50% aos KPIs. Em 2017, a Natura é a empresa que mais divulga, aderindo em 50% aos KPIs.

Para que se possa ter uma ideia do nível de divulgação dos capitais não financeiros de empresa por empresa, apresenta-se na Tabela 5 o ID de cada empresa, bem como sua classificação dentro da metodologia adotada.

Tabela 5:
Nível de Disclosure dos Capitais Não Financeiros das Empresas Participantes do Projeto Piloto

Empresas	2013	2014	2015	2016	2017	ID Médio	Classificação
	ID	ID	ID	ID	ID		
BNDES	0,29	0,38	0,38	0,38	0,41	0,37	Insatisfatório
BRF	0,62	0,59	0,62	0,56	0,56	0,59	Satisfatório
CCR	0,18	0,18	0,29	0,53	0,32	0,30	Insatisfatório
CPFL	0,56	0,65	0,50	0,53	0,44	0,54	Satisfatório
Fibra	0,50	0,59	0,50	0,38	0,35	0,46	Insatisfatório
Itaú Unibanco	0,26	0,53	0,32	0,50	0,44	0,41	Insatisfatório
Natura	0,79	0,29	0,32	0,74	0,65	0,56	Satisfatório
Petrobras	0,47	0,53	0,50	0,56	0,59	0,53	Satisfatório
Votorantim	0,62	0,38	0,21	0,53	0,44	0,44	Insatisfatório
Média de divulgação	0,48	0,46	0,41	0,52	0,47	0,47	Insatisfatório

Fonte: Dados da pesquisa.

De maneira geral, o nível médio de divulgação das empresas é caracterizado em insatisfatório. Verifica-se que 44% das empresas apresentam níveis de divulgação satisfatórios (BRF, CPFL, Natura, Petrobras) e 56% apresentam níveis de divulgação insatisfatórios (BNDES, CCR, Fibria, Itaú Unibanco e Votorantim). As empresas BRF, CPFL, Natura e Petrobras são aquelas que mais divulgam informações não financeiras nos seus relatórios, contudo nenhuma divulgou todos os KPIs. Destaque-se que Itaú Unibanco e CCR apresentam tendência de crescimento no nível de divulgação, sendo que o Itaú Unibanco, em 2013, não apresenta nenhum KPI relacionado ao capital natural e, nos outros anos, houve progresso na aderência.

Ao se analisar a evolução dos níveis de divulgação dos KPIs dos capitais não financeiros, verifica-se que, de modo geral, as empresas não melhoraram seus níveis de divulgação. No entanto, destaca-se que Natura e Votorantim apresentam evolução visível nos capitais natural e humano entre os anos 2014-2015 e 2016-2017, em conformidade com o esperado pelo IIRC.

Para que seja possível analisar as hipóteses de pesquisa de modo abrangente na amostra e, conseqüentemente, o objetivo da pesquisa, apresenta-se na Tabela 6 uma visão geral dos níveis de divulgação dos capitais não financeiros pelas empresas da amostra.

Tabela 6:
Níveis de Divulgação dos Capitais Não Financeiros

Capital Não Financeiro	2013	2014	2015	2016	2017	ID Médio	Classificação	Média Test t
	ID	ID	ID	ID	ID			Significância
Capital Natural	0,52	0,43	0,46	0,65	0,60	0,53	Satisfatório	Sim
Capital Humano	0,47	0,48	0,37	0,55	0,49	0,47	Insatisfatório	Sim
Capital Social e de Relacionamento	0,60	0,53	0,50	0,60	0,53	0,55	Satisfatório	Não
Capital Intelectual	0,32	0,38	0,31	0,29	0,25	0,31	Insatisfatório	Não
Média de divulgação	0,48	0,45	0,41	0,52	0,47	0,46	Insatisfatório	

Fonte: Dados da pesquisa. Teste t de diferença de médias realizado entre os anos de 2014-2015 e 2016-2017.

Com base nos resultados da Tabela 6 verifica-se que, em termos dos 4 tipos de capitais não financeiros, os níveis de divulgação das empresas, com base na metodologia adotada, podem ser classificados como insatisfatórios. Dessa forma, em termos gerias rejeita-se a hipótese H_1 de que o nível de divulgação de informações não financeiras nas empresas da amostra pode ser considerado satisfatório.

No entanto, verifica-se que os capitais natural e social e de relacionamento apresentam níveis de divulgação considerados satisfatórios. Nesse caso, para esses dois capitais aceita-se a hipótese de pesquisa de que o nível de divulgação de informações não financeiras nas empresas da amostra pode ser considerado satisfatório. No entanto para os demais capitais a hipótese é rejeitada.

Em relação a evolução da divulgação das informações não financeiras pelas empresas, conforme o teste de diferença de médias verifica-se que os resultados podem ser considerados inconclusivos. Como pode ser observado na tabela 6, as médias dos capitais natural e humano, estatisticamente, apresentaram diferenças de médias. Dessa forma, para esses dois capitais não se rejeita a hipótese H_2 de que houve crescimento no nível de divulgação das informações nas empresas brasileiras da amostra no período de análise da pesquisa. No entanto para os demais capitais rejeita-se H_2 , uma vez que o teste de média representa que, estatisticamente, a amostra não possui médias diferentes no período analisado.

Em 2014 e 2015, o capital natural apresenta um decréscimo na divulgação de todos os KPIs em relação a 2013, sendo similar ao resultado encontrado no estudo de Cardoso et al. (2017a). Já o capital natural, humano e social e de relacionamento a maior divulgação dos KPIs é no ano de 2016 e do capital

intelectual é no ano de 2014. Destaca-se que os achados desses períodos estão em sintonia com o nível de divulgação em capitais não financeiros encontrados no estudo de Silva et al. (2016).

Em relação expectativa do IIRC de que a divulgação de uma estrutura internacional de relato integrado resultaria em maior divulgação dos capitais não financeiros, os resultados da presente pesquisa evidenciam que não houve melhora significativa. Em que pese os capitais que houve evolução nos índices de divulgação, não é possível afirmar que a melhora verificada, em algumas empresas e nos capitais natural e humano, seja resultado da Estrutura Internacional do Relato Integrado. Importante destacar que no ano de 2014, quando foram divulgados os primeiros relatórios baseados na Estrutura Internacional do Relato Integrado, houve redução no *disclosure* dos KPIs em todos os capitais.

Tais resultados podem representar a subjetividade com que cada preparador/empresa tem tratado a questão da divulgação dos KPIs do Relato Integrado. Como consequência, tem-se a falta de uniformidade e comparabilidade, tanto nas empresas ao longo dos anos como entre as empresas, conforme identificado por Carvalho (2013). Apesar dos esforços do grupo de coalizão para a criação da Estrutura Internacional de Relato Integrado e da criação do Projeto Piloto, os resultados sugerem que os *insights* recebidos durante o projeto e assimilados pelos preparadores/empresas foram insuficientes para aperfeiçoar o processo de divulgação dos KPIs sugeridos no Relato Integrado.

5 Considerações Finais

O objetivo do estudo foi analisar a divulgação de informações não financeiras no Relato Integrado divulgado pelas empresas participantes do Projeto Piloto do IIRC. Para isso foi analisado o relato integrado de 09 empresas no período de 2013 a 2017. Por meio de análise de conteúdo foram calculados os IDs para estimar o nível de divulgação de 34 KPIs dos capitais de informações não financeiras.

O presente estudo contribui para a análise do índice de divulgação dos Relatos Integrados divulgados no Brasil, principalmente relacionados ao nível de divulgação das informações não financeiras divulgadas nos relatórios, bem como de sua evolução na fase de superação da adesão à estrutura internacional de relato integrado.

Os resultados sugerem que o índice de divulgação das informações não financeiras, considerando o conjunto dos quatro capitais, foi classificado como insatisfatório, rejeitando a hipótese H_1 do estudo. Na análise individual, o capital natural e o capital social e de relacionamento apresentaram IDs satisfatórios. Já o capital intelectual apresentou índice de divulgação classificado como insatisfatório. Quanto ao capital humano, este apresentou a média do ID no limiar da divisão entre satisfatório e não satisfatório, mas acima da média de divulgação dos quatro capitais.

Mesmo para os IDs considerados satisfatórios, quando analisada a evolução das divulgações, considerando-se se tratar de um plano piloto para aprendizagem da divulgação, foram verificadas oscilações divergentes entre os capitais. Todos os índices de divulgação apresentaram queda no último período analisado (2017). No entanto, com base no teste de média verificou-se que os IDs do capital humano e do capital natural apresentaram diferenças de médias entre os anos iniciais e finais, com evidências de crescimento. Contudo, considerando que os demais capitais não apresentaram diferenças de médias estatisticamente significativas. Dessa forma a confirmação da hipótese H_2 tornou-se inconclusiva para a amostra analisada.

Corroborando a Teoria de Divulgação Voluntária, verificou-se que o *disclosure* das informações não financeiras é tratado como um fato endógeno, em que a administração toma a decisão de divulgar ou não uma informação de acordo com suas preferências ou necessidades (Salotti & Yamamoto, 2005; Verrecchia, 2001). Além disso, como afirmado por Michelson et al. (2018) tais resultado podem derivar de sistemas de relatórios internos deficientes ou da falta de segurança das empresas dos danos ou benefícios à reputação decorrentes da divulgação de informações dos capitais não financeiros.

Na análise dos resultados individuais das empresas se verificou que poucos KPIs foram divulgados por todas as empresas. Além disso, nenhuma das empresas da amostra apresentou média acima de satisfatória. Àquela que alcançou melhor índice de divulgação (BRF) não superou 60% de média nos períodos analisados. Tais resultados sugerem que as empresas participantes do projeto piloto encontraram dificuldades para atender as recomendações da estrutura básica do IIRC.

Assim, é temerário afirmar que houve evolução dos níveis de informações não financeiras após a criação da Estrutura Internacional de Relato Integrado, tanto pela falta de coesão, quanto pela falta de comparabilidade identificada pela oscilação dos níveis de divulgação. Tais resultados podem derivar do aumento do poder discricionário dos gestores sobre o conteúdo de informações não financeiras divulgadas nos relatórios. Entre as hipóteses que se pode sugerir como justificativas para o não alcance do objetivo do projeto piloto do IIRC está a falta de obrigatoriedade, o que leva os preparadores/empresas a "selecionar" as informações divulgadas nos relatórios ao longo dos anos.

Os resultados encontrados sugerem, ainda, falta de uniformidade e comparabilidade das informações contidas no relato integrado. Contrapondo os argumentos de Cortesi e Vena (2019) tais achados representam que há aumento na assimetria de informações, uma vez que o usuário externo tem menor condições de

identificar a situação da empresa. Tais resultados podem estar relacionados a não obrigatoriedade de divulgação.

A falta de obrigatoriedade, flexibilidade e a subjetividade permitida para a elaboração do Relato Integrado favorece o oportunismo do gestor. Por se tratar de um relatório de divulgação voluntária tal situação pode se assemelhar ao “escândalo da parabólica”, onde, em uma transmissão televisiva vazada em 1994, o então embaixador Rubens Ricupero, ministro da Fazenda do Brasil, afirmou: “Eu não tenho escrúpulos; o que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde” (Guerra, 2016). Dessa forma, considerando os aspectos oportunistas dos gestores e as hipóteses levantadas, é possível que haja nas empresas o mesmo que foi afirmado pelo ex-ministro da fazenda, com uma adaptação: “o que é bom se ‘divulga’, o que é ruim se “omite””.

Por fim, destaque-se que os resultados do presente estudo não podem ser generalizados, pois se referem apenas a uma amostra específica das empresas participantes do Projeto Piloto do IIRC. Esses resultados, no entanto, se apresentam relevantes e com potencial de discussão e contribuição tanto para o Projeto Piloto como para melhorar o *disclosure* das empresas.

Recomenda-se para estudos futuros verificar, por meio da comparação dos diversos relatórios e de informações tornadas públicas, se há evidências de que as empresas estão omitindo as informações em função de sua qualidade (o que é bom se divulga, o que é ruim se omite). Além disso, sugere-se a análise do *value relevance* das informações não financeiras para as empresas que aderiram ao Relato Integrado.

Referências

Albuquerque, J. R., Miranda, L. C., Rodriguês, R. N., & Sampaio, Y. S. B. (2017). Influência da divulgação do relato integrado nos indicadores econômico-financeiros: uma análise comparativa do desempenho de empresas participantes e não participantes do Projeto Piloto do IIRC no Brasil. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 11(3), pp. 189–211. DOI : <http://dx.doi.org/10.9771/rc-ufba.v11i3.23831>

Adams, S., & Simnett, R. (2011). Integrated Reporting: An Opportunity for Australia’s Not-for-Profit Sector. *Australian Accounting Review*, 21(3), pp. 292–301. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1835-2561.2011.00143.x>

Bertomeu, J., & Magee, R. P. (2015). Mandatory disclosure and asymmetry in financial reporting. *Journal of Accounting and Economics*, 59(2–3), pp. 284–299. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2014.08.007>

Cardoso, C., Silva, L. M., & Silva, R. P. A. (2017). Relato integrado: Divulgação dos Capitais Humano e Financeiro em instituições bancárias sob a ótica da Teoria da Sinalização. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, Florianópolis, SC, Brasil, 24.

Cardoso, C., Silva, R. P. A., Alves, I. J. B. da R., & Oliveira, K. P. S. de. (2017a). Indicadores de Capital Natural das empresas listadas na BM&FBovespa pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): uma evidência desde o Relato integrado. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, Florianópolis, SC, Brasil, 24.

Carvalho, L. N. (2013). Relatórios empresariais: *Ideia Sustentável*, 33. Recuperado em 15 de maio de 2018 de <http://www.ideiasustentavel.com.br/relatorios-empresariais-uma-agenda-que-se-renova/>.

Carvalho, L. N., & Kassai, J. R. (2014). A Nova Revolução Contábil Relato Integrado. *Revista Fipecafi*, 1, pp. 21–34.

Cheng, M., Green, W., Conradie, P., Konishi, N., & Romi, A. (2014). The International Integrated Reporting Framework: Key Issues and Future Research Opportunities. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 25. DOI: <https://doi.org/10.1111/jifm.12015>

Cortesi, A., & Vena, L. (2019). Disclosure quality under Integrated Reporting: A value relevance approach. *Journal of Cleaner Production*, 220, 745–755. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.02.155>

Cunha, J. V. A., & Ribeiro, M. S. (2006). Divulgação Voluntária de Informações de Natureza Social: um estudo nas empresas brasileiras. *Anais do Encontro do ANPAD*, Salvador, BA, Brasil, 30.

Daub, C. H. (2007). Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. *Journal of Cleaner Production*, 15(1), pp. 75–85. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.08.013>

Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: A structured literature review. *Accounting Forum*, 40(3), pp. 166–185. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.06.001>

Dye, R. A. (2001). An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1–3), pp. 181–235. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00024-6](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00024-6)

Eccles, R. G., & Krzus, M. P. (2011). *Relatório único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável*. São Paulo: Saint Paul Editora.

EY (2014). Relato Integrado: pensamento estratégico e valor compartilhado. Recuperado 10 de junho de 2018, de [https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Relato_Integrado_2014/\\$FILE/RelatoIntegrado_WEB.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Relato_Integrado_2014/$FILE/RelatoIntegrado_WEB.pdf).

Fragalli, A. C., Panhoca, L., González, A. D., Almeida, L. B. de, & Costa, M. C. (2014). Relato Integrado de uma propriedade agrícola: um estudo de caso com base no Framework do International Integrated Reporting Council (IIRC). *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, Natal, RN, Brasil, 21.

Frias-Aceituno, J. V., Rodriguez-Ariza, L., & Garcia-Sanchez, I. M. (2013). The role of the board in the dissemination of integrated corporate social reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(4), pp.219–233. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.1294>

Girão, L. P. A. P., Silva, G. C. P., & Silva, G. S. (2017). Disclosure Voluntário Via Redes Sociais das Empresas Listadas no IBrX100. *Anais do Congresso USP Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 17.

Gray, R., & Bebbington, J. (2000). Environmental accounting, managerialism and sustainability: Is the planet safe in the hands of business and accounting? *Advances in Environmental Accounting and Management*, 1, pp. 1–44. DOI: [https://doi.org/10.1016/S1479-3598\(00\)01004-9](https://doi.org/10.1016/S1479-3598(00)01004-9)

GRI - Global Reporting Initiative. (2015). *G4 Diretrizes para relato de sustentabilidade: princípios para relato e conteúdo padrão*. Amsterdam: GRI.

Guerra, R. (2016). ‘Escândalo da Parabólica’ derrubou o ministro da Fazenda Rubens Ricupero. Acervo O Globo. Recuperado 20 de abril de 2018, de <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/escandalo-da-parabolica-derrubou-ministro-da-fazenda-rubens-ricupero-18904564>.

IIRC - International Integrated Reporting Council. (2011). *Towards integrated reporting: communicating value in the 21st Century*. Recuperado 1 de junho de 2018, de http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011_spreads.pdf

IIRC - International Integrated Reporting Council. (2013). *Capitals background paper for IR* Recuperado 5 de maio de 2018 de <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/03/IR-Background-Paper-Capitals.pdf>

IIRC - International Integrated Reporting Council. (2013b). *Value creation: background paper for IR* Recuperado 9 de maio de 2018 de <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/08/Background-Paper-Value-Creation.pdf>

IIRC - International Integrated Reporting Council. (2013c). *IIRC Pilot Programme Business Network*. Recuperado 2 de junho de 2018, de <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/11/IIRC-Pilot-Programme-Business-Network-backgrounder-October-2013.pdf>

IIRC - International Integrated Reporting Council. (2014). *A Estrutura Internacional para Relato Integrado*. Recuperado 20 de abril de 2018, de <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf>

Iredele, O. O. (2019). Examining the association between quality of integrated reports and corporate characteristics. *Heliyon*, 5(7). DOI: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2019.e01932>

Jensen, J. C., & Berg, N. (2012). Determinants of Traditional Sustainability Reporting Versus Integrated Reporting. An Institutional Approach. *Business Strategy and the Environment*, 21(5), pp. 299–316. DOI: <https://doi.org/10.1002/bse.740>

Kussaba, C. T. (2015). *Análise dos elementos de conteúdo do relato integrado: Itaú Unibanco e Natura - 2013 e 2014*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Lemos, K. M., Rodrigues, L. L., & Ariza, L. R. (2009). Determinantes do nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados. Evidência empírica no mercado de capitais português. *Revista de Estudos Politécnicos*, VII(12), pp. 145–175.

Maciel, P. A. (2015). *Relato Integrado: Análise da evolução da estrutura conceitual e sua aplicação nos relatórios das empresas no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Michelon, G., Patten, D. M., & Romi, A. M. (2018). Creating Legitimacy for Sustainability Assurance Practices: Evidence from Sustainability Restatements. *European Accounting Review*, 28(2), 395–422. DOI: <https://doi.org/10.1080/09638180.2018.1469424>

Murcia, F. D., & Santos, A. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *REPEC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(2), pp.72–95. DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v3i2.68>

Nascimento, M. C., Rodrigues, R. N., Araújo, J. G., & Prazeres, R. V. dos. (2015). Relato Integrado: Uma Análise do Nível de Aderência das Empresas do Novo Mercado aos Indicadores-Chave (KPIs) dos Capitais Não Financeiros. *Anais do Congresso USP Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 15.

Novelini, C. P., & Fregonesi, M. S. F. A. (2013). Análise da divulgação de informações sobre investimentos sociais por empresas que se declaram socialmente responsáveis. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 7(17), pp. 85–97. DOI: <https://doi.org/10.11606/rco.v7i17.56695>
Oliveira, M. C., Araújo Junior, J. F., Oliveira, O. V., & Ponte, V. M. R. (2012). Disclosure social de empresas brasileiras e britânicas à luz da Teoria Institucional. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 5(1), pp. 2–26.

Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2005). Ensaio Sobre a Teoria da Divulgação. *Brazilian Business Review*, 2(1), pp. 53–70.

Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2008). Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais Brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(48), pp. 37–49. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772008000300004>

Seabra, L. (2015) Ser sustentável é melhor que remediar. Valor Econômico. Recuperado em 10 de maio de 2018 de <https://www.valor.com.br/financas/4372454/ser-sustentavel-e-melhor-que-remediar> .

Silva, D. S. de C., Oliveira, M. C., & Gomes, C. A. S. (2016). Relato Integrado: Divulgação dos Capitais segundo o Isomorfismo Institucional. *Anais do Encontro da ANPAD*, Costa do Sauípe, BA, Brasil, 40.

Silva, T. A. da, Slewinski, E., Sanches, S. L. R., & Moraes, R. D. O. (2015). Teoria da Divulgação na Perspectiva da Economia da Informação: Possibilidade de Novos Estudos? *Anais do Congresso USP Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 15.

Silva, T. L. da, Alberton, L., & Vicente, E. F. R. (2013). Práticas de Disclosure Voluntário das Empresas do Setor Elétrico: Uma Análise a Partir do Modelo de Murcia. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 12(35), pp. 48–62. DOI: <http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v12n35p48-62>

Vergara, S. C. (2005). *Método de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas.

Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1–3), pp. 97–180. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8)

Zaro, E. S. (2015) *Análise comparativa de relatos integrados das empresas brasileiras a luz da estrutura conceitual*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

NOTAS

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis (PPGCONT/UFG) pela

oportunidade de desenvolver o estudo durante o curso de mestrado

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. C. Teixeira, M. H. A. Couto, E. Zanolla

Coleta de dados: A. C. Teixeira, M. H. A. Couto

Análise de dados: A. C. Teixeira, I. J. Rech, M. H. A. Couto

Discussão dos resultados: A. C. Teixeira, M. H. A. Couto, E. Zanolla, I. J. Rech

Revisão e aprovação: I. A. C. Teixeira, M. H. A. Couto, E. Zanolla, I. J. Rech

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os Direitos Autorais para artigos publicados neste periódico são do autor, com direitos de primeira publicação para a Revista. Em virtude de aparecerem nesta Revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em aplicações educacionais, de exercício profissional e para gestão pública. A Revista adotou a licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional - CC BY NC ND](#). Esta licença permite acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos desde que com a citação da fonte, atribuindo os devidos créditos de autoria. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou um capítulo de livro).

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Ciências Contábeis e Programa de Pós-graduação em Contabilidade. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Carlos Eduardo Facin Lavarda e Suliani Rover

HISTÓRICO

Recebido em: 23/03/2019 – Revisado por pares em: 06/05/2020 – Reformulado em: 09/06/2020 – Recomendado para publicação em: 15/10/2020 – Publicado em: 15/01/2021